



Boas Práticas para a Prevenção do Casamento Precoce e da Maternidade Precoce nas Comunidades Ciganas - A Experiência Portuguesa



ROMA INFLUENCERS NETWORK/2024-1-EL01-KA220-ADU-000247507



Índice

1. Introdução	3
2. Metodologia	4
3. Boas Práticas Identificadas	5
3.1 Educação como principal fator de proteção	5
3.2 Promoção da saúde sexual e reprodutiva	7
3.3 Liderança feminina e empoderamento	9
4. Síntese conclusiva: um modelo português de prevenção baseado nos direitos, na participação e na inclusão	11

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade das autoras e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Fundação de Bolsas de Estudo do Estado (IKY). Nem a União Europeia nem a entidade que concede a bolsa podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões.

1. Introdução

O casamento precoce e a maternidade precoce constituem fenómenos complexos, influenciados por múltiplos fatores sociais, económicos, culturais e institucionais. A evidência internacional demonstra que a sua prevenção não depende exclusivamente de alterações legislativas ou de respostas dirigidas especificamente a estes fenómenos, mas exige intervenções integradas que promovam o exercício efetivo dos direitos das crianças e dos jovens, a igualdade de género, a permanência na escola, o acesso à saúde, a participação comunitária e a redução das desigualdades sociais.

Neste contexto, o projeto *Roma Influencers: Breaking the Circle of Early Marriage and Early Motherhood in Roma Communities* procurou identificar práticas que contribuam para criar condições favoráveis ao adiamento do casamento e da maternidade, particularmente entre as raparigas ciganas. A seleção das práticas teve por base os critérios metodológicos definidos no projeto, privilegiando iniciativas que demonstram relevância, participação comunitária, sensibilidade cultural, sustentabilidade, potencial de replicação e capacidade para promover a igualdade de género e a inclusão social.

Importa salientar que nem todas as práticas identificadas foram concebidas especificamente para prevenir o casamento precoce ou a maternidade precoce. Pelo contrário, muitas atuam sobre os seus determinantes estruturais, promovendo fatores de proteção amplamente reconhecidos pela investigação internacional.

O presente relatório organiza as práticas identificadas segundo esses fatores de proteção, evidenciando a complementaridade entre diferentes níveis de intervenção: comunitário, institucional e político.

2. Metodologia

As boas práticas foram identificadas através de pesquisa documental, consulta de literatura científica e análise de informação disponibilizada por organismos públicos, organizações da sociedade civil e instituições internacionais.

Foram consultadas, entre outras, publicações da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), da Associação para o Planeamento da Família (APF), do Conselho da Europa, da Comissão Europeia, da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), da UNICEF, da UNFPA e da Girls Not Brides.

Cada prática foi analisada de acordo com os critérios metodológicos definidos pelo projeto *Roma Influencers*, nomeadamente:

- Relevância;
- Eficácia;
- Participação comunitária;
- Sensibilidade cultural e não discriminação;
- Igualdade de género;
- Sustentabilidade;
- Transferibilidade;
- Trabalho em rede;
- Inovação.

3. Boas Práticas Identificadas

3.1 Educação como principal fator de proteção

A investigação demonstra que a permanência das raparigas na escola constitui o fator de proteção mais consistente relativamente ao casamento precoce e à maternidade precoce. As duas práticas identificadas ilustram abordagens complementares.

Programa ROMA Educa

Entidade promotora: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), anteriormente Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

O **ROMA Educa** foi lançado em 2019 pelo então Alto Comissariado para as Migrações (ACM), através do Programa Escolhas, no âmbito da implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). Inicialmente dirigido a estudantes do ensino secundário, o programa foi posteriormente alargado ao 3.º ciclo do ensino básico, reforçando a sua capacidade para atuar numa fase mais precoce dos percursos educativos.

O programa consiste na atribuição de bolsas de estudo destinadas a apoiar a frequência e a permanência de estudantes ciganos/as no sistema educativo, procurando reduzir os constrangimentos económicos que contribuem para o abandono escolar e reforçar as oportunidades de prosseguimento de estudos. Paralelamente ao apoio financeiro, prevê um acompanhamento de proximidade através de entidades gestoras e de pessoas mediadoras, promovendo a articulação entre estudantes, famílias e escolas e valorizando o sucesso educativo como um fator de inclusão social e de desenvolvimento pessoal.

Desde a sua criação, o programa registou uma evolução muito significativa. A primeira edição apoiou cerca de 50 estudantes, enquanto as edições mais recentes passaram a disponibilizar 210 bolsas anuais, demonstrando a consolidação do **ROMA Educa** enquanto medida nacional de promoção da igualdade de oportunidades e de combate ao abandono escolar entre estudantes ciganos/as.

O principal elemento inovador da prática reside na promoção da educação como estratégia de empoderamento, reconhecendo que a permanência na escola e a continuidade dos percursos educativos constituem fatores essenciais para ampliar as oportunidades de participação social, profissional e cívica dos/as jovens ciganos/as. O programa combina apoio financeiro, acompanhamento individualizado e mediação com as famílias e as escolas, contribuindo para criar condições favoráveis ao sucesso educativo.

O *ROMA Educa* constitui uma boa prática porque atua sobre um dos principais fatores de proteção identificados pela investigação internacional: a permanência das raparigas e dos rapazes na escola. Ao reduzir o risco de abandono escolar e ao reforçar as expectativas educativas, contribui para alargar os projetos de vida dos/as jovens ciganos/as e para criar condições que favorecem o adiamento do casamento e da maternidade precoces, promovendo escolhas livres e informadas e uma maior igualdade de oportunidades.

OPRE – Programa Operacional de Promoção da Educação

Entidade promotora: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), em parceria com a Associação Letras Nómadas.

O *Programa Operacional de Promoção da Educação (OPRE)* foi criado em 2016 como um projeto-piloto promovido por organizações da sociedade civil, tendo evoluído posteriormente para uma medida de política pública implementada pela AIMA em parceria com a Associação Letras Nómadas. O programa tem como principal objetivo promover o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes ciganos/as no ensino superior, contribuindo para reduzir as desigualdades educativas e aumentar a representação das comunidades ciganas neste nível de ensino.

O *OPRE* combina a atribuição de bolsas de estudo com um modelo de acompanhamento individualizado, que inclui mentoria, apoio ao percurso académico e iniciativas de desenvolvimento pessoal e profissional. Esta abordagem procura responder não apenas às dificuldades económicas que podem comprometer a continuidade dos estudos, mas também aos desafios sociais, institucionais e culturais que muitos/as estudantes ciganos/as enfrentam no acesso e permanência no ensino superior.

Ao longo das suas diferentes edições, o programa tem atribuído, em média, cerca de 30 bolsas de estudo por ano, constituindo atualmente uma das principais medidas nacionais de promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior para estudantes ciganos/as. A continuidade do programa ao longo de dez edições demonstra a sua consolidação institucional e o reconhecimento da educação superior como um instrumento essencial de inclusão social e de mobilidade intergeracional.

O principal elemento inovador do *OPRE* reside na articulação entre apoio financeiro, mentoria e valorização de modelos positivos (*role models*). Para além de facilitar o acesso ao ensino superior, o programa promove a criação de redes

de apoio entre estudantes, reforça as competências pessoais e académicas e contribui para o surgimento de uma nova geração de profissionais ciganos/as em áreas como o Direito, o Serviço Social, a Educação, a Saúde e as Ciências Sociais. Desta forma, potencia também o fortalecimento da liderança e da participação cívica das comunidades ciganas.

O *OPRE* constitui uma boa prática porque atua sobre um dos principais determinantes estruturais do casamento precoce e da maternidade precoce: a continuidade dos percursos educativos. Ao promover o acesso e o sucesso no ensino superior, o programa amplia as oportunidades de qualificação, emprego e autonomia económica, contribuindo para que jovens ciganos/as possam construir projetos de vida diversificados e fazer escolhas livres e informadas relativamente à educação, ao casamento e à constituição de família. Para além do seu impacto individual, o *OPRE* tem vindo a afirmar-se como um instrumento de transformação social, demonstrando que o investimento sustentado na educação constitui uma das estratégias mais eficazes para combater desigualdades persistentes e promover a inclusão plena das comunidades ciganas.

3.2 Promoção da saúde sexual e reprodutiva

Associação para o Planeamento da Família – Intervenção comunitária para a promoção da saúde, da igualdade e da inclusão das comunidades ciganas

Entidade promotora: Associação para o Planeamento da Família (APF), em parceria com o Município de Matosinhos, a Unidade Local de Saúde, agrupamentos de escolas e diversas organizações locais.

A *Associação para o Planeamento da Família (APF)* desenvolve há vários anos uma intervenção comunitária de proximidade junto das comunidades ciganas residentes no concelho de Matosinhos, assente numa relação de confiança construída ao longo do tempo e numa forte articulação com os serviços públicos e as entidades locais.

Entre as iniciativas mais relevantes destaca-se o projeto Matosinhos 100 Preconceito (cofinanciado pelo Programa FAPE, que procura promover a inclusão social das pessoas ciganas através de uma abordagem integrada que combina educação para a saúde, promoção da igualdade de género, combate à discriminação, valorização da cultura cigana e o reforço da participação comunitária.

O principal foco da intervenção desenvolvida pela APF é a promoção da saúde, com especial incidência na saúde sexual e reprodutiva. Neste sentido, a APF

desenvolve ações de promoção da saúde, nomeadamente o *Gabinete Itinerante de Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva* que, em 2025, realizou 310 atendimentos e acompanhou 48 mulheres ciganas entre os 20 e os 60 anos. As ações no domínio da saúde incluem trabalho em torno do planeamento familiar, saúde materno-infantil e literacia em saúde (nomeadamente *Ações de promoção da parentalidade positiva*). Procura-se, simultaneamente, facilitar o acesso das comunidades ciganas aos serviços de saúde.

A associação facilita também Grupos de Mulheres, constituído por mulheres em situação de elevada vulnerabilidade social, com especial enfoque nas mulheres ciganas, dedicado ao combate à desigualdade de oportunidades e direitos nas suas diversas dimensões. Para além disso, são realizadas *Ações de educação para crianças e jovens adolescentes*, com enfoque na promoção de conhecimentos e reflexões sobre saúde sexual e direitos reprodutivos.

A associação trabalha ainda questões relacionadas com a educação, a formação, a empregabilidade, a prevenção da violência de género e o combate aos estereótipos e à discriminação, reconhecendo que estes domínios são determinantes para a inclusão social e para a construção de percursos de vida autónomos. A promoção da igualdade entre mulheres e homens constitui uma dimensão transversal de todas as atividades desenvolvidas, sendo o empoderamento das mulheres ciganas considerado um fator essencial para acelerar os processos de mudança social e prevenir situações de vulnerabilidade.

Para além da intervenção local, a *APF* tem participado em diversas iniciativas europeias relacionadas com os direitos sexuais e reprodutivos e com a prevenção das práticas tradicionais nefastas. Destaca-se, neste âmbito, a participação no projeto *EU Roadmap on Forced and Early Marriage for Frontline Professionals*, que desenvolveu um roteiro europeu destinado a apoiar profissionais da saúde, educação, proteção da infância e justiça na identificação, referenciação e apoio a vítimas de casamento forçado e/ou precoce. Este contributo permitiu integrar a experiência portuguesa num processo europeu de produção de conhecimento e de desenvolvimento de orientações para a intervenção multissetorial.

O principal elemento inovador desta prática reside na combinação entre intervenção comunitária de proximidade, promoção da saúde sexual e reprodutiva, mediação com os serviços públicos e trabalho em rede. A intervenção não se limita à prestação de informação ou ao encaminhamento para serviços, procurando construir relações de confiança duradouras com as comunidades ciganas e promover respostas articuladas entre saúde, educação, ação social e poder local. Paralelamente, a participação da *APF* em projetos

européus permite transferir conhecimento entre diferentes países e reforçar a qualidade técnica das respostas desenvolvidas em Portugal.

Esta iniciativa constitui uma boa prática porque atua sobre vários dos determinantes estruturais associados ao casamento precoce e à maternidade precoce. Ao promover a literacia em saúde, facilitar o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, reforçar a igualdade de género, combater a discriminação e fortalecer a autonomia das mulheres ciganas, cria condições favoráveis para que crianças, jovens e famílias possam exercer os seus direitos e fazer escolhas livres e informadas. Simultaneamente, demonstra que intervenções comunitárias sustentadas, desenvolvidas em estreita colaboração com as próprias comunidades e com os serviços públicos, têm maior potencial para produzir mudanças duradouras do que ações pontuais de sensibilização

3.3 Liderança feminina e empoderamento

Associações de Mulheres ciganas: liderança, participação e transformação social

Entidades promotoras: Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP), Ribaltambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades ciganas, e outras associações de base comunitária.

Nas últimas duas décadas, Portugal assistiu ao fortalecimento progressivo do movimento associativo cigano, em particular das associações lideradas por mulheres. Estas organizações têm assumido um papel cada vez mais relevante na promoção da igualdade de género, da educação, da participação cívica, da mediação intercultural e da defesa dos direitos humanos, contribuindo para que as próprias comunidades ciganas participem ativamente na definição das respostas dirigidas aos seus desafios.

A **AMUCIP**, fundada em 2000, foi a primeira associação portuguesa criada especificamente para promover o desenvolvimento das mulheres ciganas. Ao longo da sua atividade tem desenvolvido projetos nas áreas da educação, capacitação das mulheres, apoio às crianças, mediação intercultural, combate à discriminação e valorização da cultura cigana, assumindo-se como uma referência nacional na promoção da participação das mulheres ciganas e no diálogo com as instituições públicas.

Mais recentemente, a **Ribaltambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas** tem desenvolvido um conjunto diversificado de iniciativas dirigidas à promoção da igualdade de género, ao combate aos estereótipos e à

valorização da participação das mulheres ciganas. Entre estas destaca-se o projeto "**Vozes Ciganas: A Realidade dos Casamentos nas Nossas Comunidades**", que deu origem à produção de um documentário concebido para desconstruir mitos e preconceitos associados ao casamento nas comunidades ciganas, através de testemunhos de casais ciganos, líderes comunitários, académicos e ativistas. O documentário procura promover uma visão plural das comunidades ciganas, valorizar a diversidade de percursos de vida e reforçar o papel das mulheres como agentes de mudança, contrariando representações simplificadoras frequentemente presentes no espaço público.

Para além destas iniciativas, as associações ciganas têm vindo a participar de forma crescente em processos de consulta pública, projetos europeus, campanhas de sensibilização, ações de formação e fóruns nacionais e internacionais, reforçando a sua capacidade de influência nas políticas públicas e contribuindo para aproximar as instituições das comunidades. Esta evolução traduz uma mudança significativa: as comunidades ciganas deixam progressivamente de ser encaradas apenas como destinatárias das políticas públicas para assumirem um papel ativo na sua conceção, implementação e avaliação.

O principal elemento inovador desta prática reside no fortalecimento da liderança das mulheres ciganas enquanto protagonistas dos processos de mudança social. As associações desenvolvem intervenções concebidas e implementadas por pessoas pertencentes às próprias comunidades, promovendo soluções culturalmente adequadas, reforçando a confiança entre comunidades e instituições e criando modelos positivos para crianças e jovens. Paralelamente, a produção de materiais audiovisuais, campanhas e iniciativas públicas permite desconstruir estereótipos persistentes e dar visibilidade às vozes e experiências das próprias mulheres ciganas.

O fortalecimento das associações de mulheres ciganas constitui uma boa prática porque promove simultaneamente a participação cívica, a igualdade de género e o empoderamento comunitário. Ao reforçar a capacidade das mulheres ciganas para exercerem funções de liderança, influenciarem políticas públicas e atuarem como modelos positivos nas suas comunidades, estas organizações contribuem para transformar normas sociais discriminatórias, ampliar as oportunidades educativas e profissionais das raparigas ciganas e criar condições favoráveis à prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce. A experiência portuguesa demonstra, assim, que o investimento no associativismo de pessoas ciganas constitui um fator essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais participadas, sustentáveis e eficazes.

4. Síntese conclusiva: um modelo português de prevenção baseado nos direitos, na participação e na inclusão

A análise das práticas identificadas demonstra que Portugal dispõe de um conjunto consistente e diversificado de iniciativas que, embora desenvolvidas em diferentes contextos e promovidas por diferentes entidades, convergem na promoção de um objetivo comum: criar condições para que crianças, jovens e mulheres ciganas possam exercer plenamente os seus direitos e construir projetos de vida livres, autónomos e informados.

Uma das principais conclusões deste relatório é que a prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce não depende da existência de programas especificamente dirigidos a estes fenómenos. Pelo contrário, as práticas portuguesas evidenciam que existem respostas que podem ser eficazes atuando sobre os seus determinantes estruturais, nomeadamente a permanência na escola, o acesso à saúde, a igualdade de género, a mediação intercultural, a participação comunitária e o fortalecimento das organizações ciganas

Neste contexto, a educação assume um papel particularmente relevante. Programas como o *ROMA Educa* e o *OPRE* demonstram que o investimento continuado na qualificação das crianças e jovens ciganas/os constitui um dos mecanismos mais eficazes para ampliar oportunidades educativas, profissionais e sociais, reforçando a autonomia individual e contribuindo para a construção de percursos de vida alternativos aos marcados pela exclusão social.

A promoção da saúde sexual e reprodutiva e a aproximação das comunidades aos serviços públicos constituem uma segunda dimensão estruturante. As intervenções desenvolvidas pela *Associação para o Planeamento da Família (APF)* e as experiências de mediação intercultural em contexto de saúde demonstram que respostas de proximidade, culturalmente competentes e desenvolvidas em articulação com as próprias comunidades favorecem o acesso aos direitos, reduzem desigualdades e criam condições para decisões mais livres e informadas relativamente à sexualidade, ao casamento e à maternidade.

O relatório evidencia igualmente a importância crescente do associativismo de pessoas ciganas e, em particular, das associações de mulheres ciganas. Organizações como a *AMUCIP*, a *Ribaltambição* e, mais recentemente a *RIZOMA* demonstram que o fortalecimento da liderança feminina constitui um elemento essencial para transformar normas sociais, combater estereótipos e promover uma participação mais ativa das comunidades ciganas na definição das políticas públicas que lhes dizem respeito. Esta evolução está em consonância com a Estratégia da União Europeia para a Igualdade, Inclusão e Participação das

Pessoas Ciganas, que identifica o empoderamento, a participação e a luta contra o antigitanismo como dimensões fundamentais para a promoção da igualdade efetiva.

Apesar dos progressos alcançados, o relatório evidencia igualmente alguns desafios para o futuro. Continua a ser necessário reforçar os mecanismos de monitorização e avaliação de impacto das intervenções, desenvolver indicadores que permitam acompanhar a evolução do casamento precoce e da maternidade precoce e consolidar a articulação entre educação, saúde, proteção social, autarquias e organizações da sociedade civil. O aprofundamento da produção de conhecimento e da investigação participativa constitui igualmente uma condição essencial para apoiar políticas públicas mais eficazes e melhor adaptadas à diversidade das comunidades ciganas.

Em síntese, a experiência portuguesa demonstra que a prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce exige uma abordagem integrada, sustentada nos direitos humanos, na igualdade de género e na participação ativa das comunidades ciganas. Mais do que responder a um problema específico, as boas práticas analisadas procuram criar condições para que todas as crianças e jovens ciganas/os tenham acesso a uma educação de qualidade, a cuidados de saúde culturalmente competentes, a oportunidades de participação e a contextos que lhes permitam exercer plenamente os seus direitos e definir livremente os seus projetos de vida. É precisamente esta visão integrada que constitui o principal contributo da experiência portuguesa para a implementação da Estratégia Europeia para a Igualdade, Inclusão e Participação das Pessoas Ciganas e para o desenvolvimento de futuras políticas públicas neste domínio.